



## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA UNIVERSIDADE: UM DESAFIO DE CIDADANIA**

**Profa Dra Ilca Oliveira de Almeida Vianna  
Centro de Ensino e Pesquisa Francisco de Assis – Faculdade mauá**

### **O SONHO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA**

Na vida cotidiana de todas as pessoas e sociedades perpassam desafios, sonhos e esperanças. Dentre eles um é, por excelência, prioritário para toda a humanidade e, especialmente, para nós brasileiros: a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e sustentável para todos.

No entanto, esta conquista não é fácil, nem igual a qualquer outra, ou tranqüila para todas as pessoas.

Para ser significativa necessário se faz que apresente um diferencial também muito significativo ou seja, **caracterizar – se como uma sociedade democrática fundamentada sobre os princípios da solidariedade, do respeito, do compromisso para a construção de uma vida saudável, alegre e prazerosa, sonhada por todos e, por isso mesmo, também direito de todos**, concretizando – se como compromisso político e ético para todos na medida em que cria uma rede de proteção social a partir da democratização do acesso, permanência, gestão e qualidade social da educação

**Não há como viver democracia se não se conseguir a construção coletiva e organizada do viver solidário do amor sustentada pelo compromisso do respeito à dignidade do ser humano , da luta pela transformação social.**

E o amor é transparente, envolvente, alegre e pressupõe compartilhamento e o apropriar-se de valores e bens em nome da vida e da humanização de todos.

Por isso, tem muito de emoção que, como sentimento, precisa e só tem sentido se compartilhada e, neste compartilhamento solidário, prazeroso, está seu maior desafio.

**Não se pode falar democracia sem viver democracia. Não se pode viver democracia sem o compartilhamento de deveres, direitos, sonhos e compromissos.**

Não há como compartilhar sonhos e compromissos sem compartilhar a alegria, o prazer de ser, como realidade, como todos os demais, sensível à vida, às conquistas de liberdade e dignidade, ao direito de ser feliz, mesmo que esta felicidade signifique fazer concessões em nome de uma coletividade organizada, de uma inclusão sustentável, de uma democracia efetiva.

### **CONSTRUINDO O SONHO DE UMA ESCOLA PARTICIPATIVA**

Na busca desta realidade diferente, da teimosia do sonho da sociedade verdadeiramente democrática, a escola e seus profissionais desempenham tarefa fundamental.

Sem se restringir ao papel subserviente de uma escola “mentirosamente” redentora, cada unidade escolar deve construir seu espaço como ambiente de luta para que o ser humano



## IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



possa ser em plenitude, assumindo o compromisso de conscientizar a respeito de sua verdadeira missão, que vai muito além da simples transmissão de conhecimento.

Deve ser uma escola redimensionada para ajudar na construção de cidadãos reais, capazes não só de explicar o mundo, como transformá-lo, em benefício da humanização de todos.

Este sonho de cidadania, que não pode ser artificial ou utilizado como mero discurso político partidário, da situação ou oposição, deve caracterizar – se como cidadania, enquanto estado e prática que se emociona com o outro e o ajuda a crescer, a entender – se como ser de direito, também qualificado para usufruir desses mesmos direitos, agora ampliados porque desejo coletivo que, também e apenas, coletivamente, tornar - se - á realidade.

E, para este sentido coletivo, deve ser orientado o processo de conscientização dos cidadãos, especialmente os excluídos de uma vida social plena de dignidade, do direito à verdade, ao belo, à bondade, à esperança rebelde, à dignidade, à certeza temporária, provisória, nunca completa, de uma sociedade que constrói, no seu cotidiano, de forma permanente e progressiva, uma rede de proteção social para todos.

E esta transformação não se faz apenas com palavras, muitas vezes destituídas de significado real, repetidas aleatoriamente, fora de contextos significativos, especialmente para os excluídos sociais, mas pela educação continuada da comunidade.

Neste sentido a escola precisa transformar – se em “ espaço de educação inclusiva, de formação permanente humanização das relações sociais” ( PMSP, 2003, p.6)

Mas esta escola politizadora e que deve contribuir para politizar, para construir cidadania efetiva precisa ter uma prática com características também diferenciadas.

Deve ser uma prática participativa, democrática, sustentável, capaz de gerar a sensação de pertencimento, de compartilhamento, da possibilidade de ser igual na diferença, na capacidade de amar, ser feliz e fazer outras pessoas felizes.

Uma prática que ultrapasse os próprios limites e abra-se à comunidade do seu entorno, próximo ou distante, por processos presenciais ou virtuais. Uma prática capaz de solidarizar – se com os iguais na busca da humanização de todos e pelo seu acesso ao direito à beleza, ao bem, à verdade, aos equipamentos e serviços necessários a uma vida com qualidade, em todos os aspectos que a caracterizam.

Um fazer político - pedagógico que precisa caracterizar – se como educacional, integral, significando envolver cada ser humano em sua plenitude, ajudando – o na conquista de sua autonomia pessoal, política e ética, com respeito e dignidade, do sentir – se bem, pleno, realizado, pertencente.

Enquanto construção de cidadania esta prática precisa ser coletiva e organizada, pensada, passo a passo na sua multiplicidade, sem determinismos ou exclusões, mas construída junto, solidariamente.

Neste sentido deve constituir – se como processo de planejamento das ações formadoras de cidadãos, caracterizadas como participativas e organizadas, envolvendo solicitações e exigências, responsabilidades e o viver bem, com camaradagem e respeito, amorosamente.

É o processo de **Planejamento Participativo** das ações, dos equipamentos e da dinâmica educacional que forma atitudes e constrói o caráter.

Das suas decisões devem participar, efetivamente, representantes de todos os segmentos internos e externos ao seu contexto e entorno, que precisam construir a força da “representatividade política”, capaz de ensejar e exigir mudanças, orientar todos em busca **do sonho do impossível que se torna possível exatamente porque coletivo, compartilhado, organizado**: a construção de uma escola e de uma sociedade mais justas e humanizadas, que pensam e sentem democracia, nas quais todos se sintam bem e prazerosos, realizados como seres humanos, incluídos de forma sustentável .

Sonhada e desejada por alguns, relegada e excluída por muitos a **Gestão Democrática e Participativa** configura – se como um grande desafio para todos que, direta ou indiretamente, possam contribuir para que o Projeto Pedagógico – Administrativo – Ético da escola se construa com competência, efetividade, respeito e amor.

A **Gestão Democrática e Participativa** não se identifica com decisões a respeito de aspectos e ações secundárias, fragmentadas e isoladas da unidade escolar. Deve envolver o diagnóstico de suas dificuldades e sucessos, a busca de soluções coletivas e organizadas para aspectos prioritários ou seja, para o que é essencial e justifica sua existência: o processo de formação de cidadãos responsáveis, comprometidos com a construção de melhor qualidade de vida para todos, de humanização solidária e prazerosa, com o resgate do compromisso e do respeito que devem caracterizar as relações democráticas no seu interior e no seu entorno.

A **Gestão Democrática e Participativa** não se resume apenas a um conjunto de ações organizadas e compartilhadas em benefício da escola, mas **é uma filosofia**, que exige a construção interativa de uma postura que, por sua vez, também pressupõe revisão de atitudes em relação à vida, à educação, à escola.

É a própria humanidade de cada ser humano exercitando sua essência na participação que fundamenta – se no diálogo, no compartilhamento, no sentido crescente de pertencimento e de ações coletivas que garantem melhor qualidade de vida para todos.

A **Gestão Democrática e Participativa**, envolvendo ações coletivas e organizadas, precisa ser contínua, permanente, e não pontual em suas ações e propostas, devendo constituir – se em processo solidário e amoroso que possibilita o crescimento coletivo.

Nesta ação amorosa e solidária reside seu maior desafio pois exige das pessoas envolvidas qualidades e ações diferenciadas.

ões solidárias existem apenas entre as pessoas que conseguem colocar nos seus corações o embrião do amor, do respeito, da amorosidade que eleva sem humilhar, que serve sem ser subserviente, que permite diagnosticar e mediar a solução de problemas sociais como partilha e responsabilidade de todos.

A partir desta ótica a **Gestão Democrática e Participativa** é sentida como uma realidade impossível, utópica porque poucas são as pessoas que trazem dentro de si a amorosidade e o respeito, especialmente pelos seus irmãos excluídos dos direitos básicos de cidadania,



do sentimento de pertencer a uma comunidade que sinta sua e que ajuda a construir, impedidos de ser.

Exige conciliações, escolhas, concessões em nome do bem maior que é uma vida mais saudável e justa para todos, especialmente os mais desfavorecidos em direitos e condições de vida digna.

No entanto, pode ser sentido como o possível, desejado e construído, que necessita estar fundamentado em um princípio desafiador:

**“ o possível todo mundo faz e bom e de valor é fazer o que todos consideram impossível”**

E assim, na dialética da vida o impossível, o sonho, busca transformar – se em possível pelo concurso coletivo e amoroso de todos, por um processo democrático, por excelência preocupado em fazer felizes as pessoas, consideradas individualmente ou em seu coletivo ético – político.

**CONSELHOS DE GESTÃO RECURSOS PARA A ESCOLA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA**



Enquanto conquista coletiva e organizada a **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA** traz desafios que envolvem a compreensão do seu verdadeiro significado e a sua efetivação prática no cotidiano das organizações.

Geralmente a **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA** remete a uma prática complexa, difícil de ser concretizada porque essencialmente coletiva e organizada, não podendo figurar como “vitrine política”, instrumento para fazer da comunidade um veículo de falsa “utilidade pública”, entre outros instrumentos de mediação de poder sobre os excluídos sociais.

No entanto, esta prática deve transformar – se em veículo para a construção de uma sociedade na qual, entre outros aspectos sejam possíveis e palpáveis a democratização do acesso e garantia da permanência, democratização da gestão e qualidade social da educação para todos, revertendo o quadro da exclusão social, cultural, tecnológica e educacional de grande parcela da população brasileira.

É importante lembrar também que nenhuma prática de **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA** se sustentará por muito tempo sem os pressupostos e os insumos, de uma teoria significativa e bem estruturada que deve primar pela perspectiva da “educação libertadora” que valoriza o diálogo, a participação, a conquista da autonomia e da democracia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, com a concepção de ser humano histórico, incompleto, inacabado, capaz de lutar pela transformação social, por uma sociedade mais justa e sustentável para todos. (FREIRE, 1997).

O entendimento do processo de gerir participativamente uma instituição tem que estar bem claro, em seus três aspectos fundamentais para aqueles que querem efetivá – lo:

- **epistemológico**, enquanto fundamentação teórica que possa sustentar uma prática coletiva e organizada de luta para que todos os brasileiros possam ler, interpretar e transformar a sociedade em sua múltiplas facetas;
- **o prático** ou a disposição para efetivá – lo, apesar das dificuldades decorrentes da estrutura arcaica e vertical que tem caracterizado a sociedade brasileira, das dificuldades para trabalho coletivo e organizado;
- **o atitudinal** no sentido de que as ações de seus agentes devam ser fortes, corajosas, decisivas e emancipadoras. Devem ser ações de educadores que trabalhem para que seus alunos sejam capazes de criar conhecimentos com “consciência e sensibilidade”, que construam a certeza e a esperança de um mundo melhor. Estas ações educadoras precisam ser construídas dentro do coração e traduzir sentimentos de esperança e atitudes como a solidariedade, o respeito, a tolerância, cooperação e o compromisso com a luta coletiva e organizada por uma melhor qualidade de vida e uma sociedade sustentável para todos.

## A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR



## IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Identificado como polo de formação da comunidade, ponto de encontro com a sociedade civil organizada, espaço para garantia da cidadania ativa, centro de experiências democráticas, de vivências interculturais, prazerosas e facilitadoras do ensinar – aprender e aprender ensinar, reciprocamente, A Instituição de Ensino Superior – IES não cumprirá suas finalidades se não for gerido de forma democrática e participativa.

Se incorporar a gestão participativa como intenção, compromisso e desafio já é muito difícil, concretizar esta **GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA** no cotidiano das IESs será um desafio ainda maior e complexo na medida em que deve envolver, nas suas decisões de diferentes ordens e complexidade, os públicos aos quais se destina (além de desenvolver esforços no sentido de não perder de vista sua missão, seus objetivos, suas metas, sempre tendo bem claro a visão do seu futuro enquanto polo concretizador de esperanças e aspirações coletivas e que precisa somar e nunca dividir, estereotipar ou segregar seus diferentes segmentos.

Para isso necessário se faz entender muito bem o principal veículo de sua sustentação e ação democrática efetiva que é a representatividade política dos seus integrantes e a importância do estudo contínuo das assessorias necessárias para que, no cotidiano de sua prática, não perca de vista seus reais objetivos emancipadores.

### **A REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA NOS CONSELHOS DE GESTÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

Com a complexidade da sociedade contemporânea não há mais como, na antiga Grécia, berço histórico da democracia, tomar decisões pela manifestação direta dos envolvidos, convocados em praça pública, instituições religiosas e outros grandes ambientes nos quais se pudesse reunir grande número de pessoas, uma comunidade inteira.

Atualmente a representatividade deixa de ter caráter quantitativo, do todo das pessoas envolvidas, para assumir o caráter de representatividade qualitativa.

Cada grupo, comunidade ou segmento representado deve eleger seus representantes os quais, por sua vez, precisam assumir, praticamente, uma “missão” carismática, precisam ter a confiança de seus representados, traduzir e exprimir seus anseios, sonhos e necessidades. Apenas uma representatividade real, efetiva, tornará válida e politicamente forte e legítima a ação representativa.

A simplicidade dos antigos grupamentos sociais é substituída, nos dias de hoje, por um conjunto de comunidades, cada uma com vários segmentos. Esta grandeza quantitativa aliada à complexidade da sociedade contemporânea dificulta, ainda mais, a efetividade da representação nos dias atuais.

A alternativa para garantir a representatividade real e democrática da comunidade optou-se pela organização das pessoas em conselhos constituídos pelos representantes dos diferentes segmentos que a compõem.

A representatividade democrática nos IESs deveria ser garantida pela organização, em cada unidade, de um **CONSELHO DE GESTÃO**.



## IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



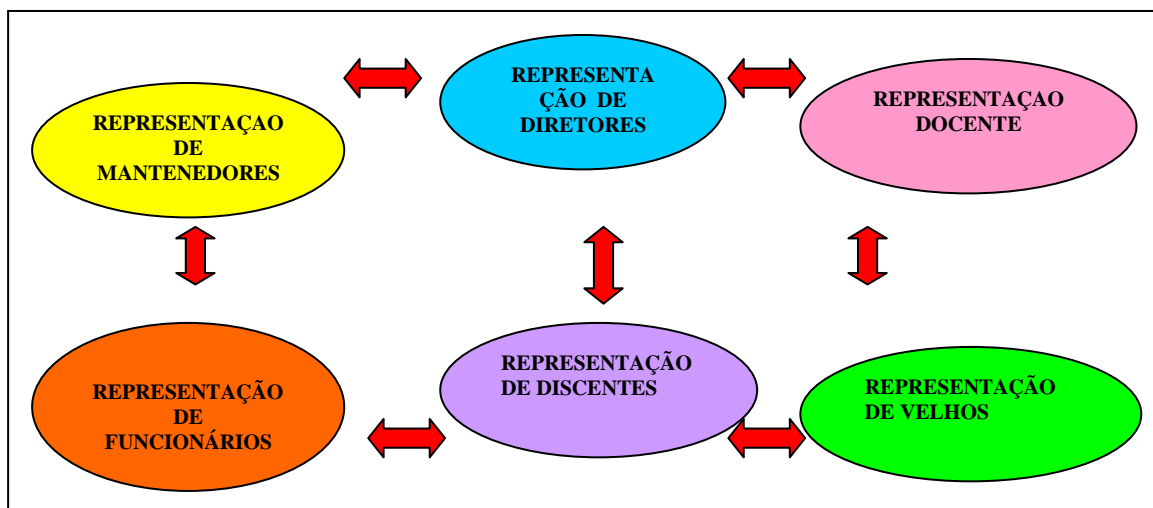
Como organizar este **CONSELHO DE GESTÃO** será um dos maiores desafios para a **GESTÃO DEMOCRÁTICA** dos IESs principalmente em função da complexidade que caracteriza sua estrutura e seu funcionamento..

Como conseguir que todos estes usuários participem da gestão dos IESs, de forma democrática e participativa?

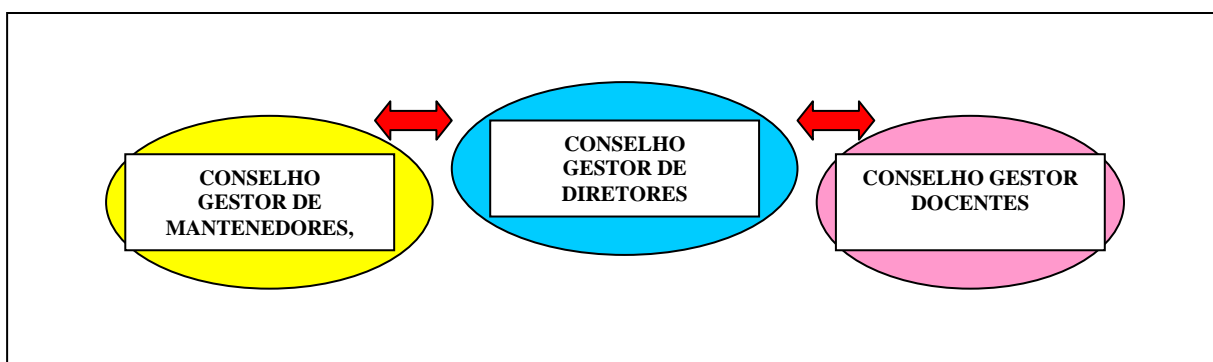
É importante não esquecer que um número muito grande de participantes dificulta a realização das reuniões necessárias para as discussões, o consenso necessário e a tomada de decisões que caracterizam a gestão democrática.

O importante é garantir nos IESs um **CONSELHO DE GESTÃO** que desenvolva relações de dupla direção e efetivas com todos os equipamentos que os compõem.

Para constituí-lo uma estratégia pode ser utilizada. Dentro de cada CEU é importante identificar todos os equipamentos que nele convivem e garantir, entre eles, uma relação de respeito, solidariedade e compartilhamento.

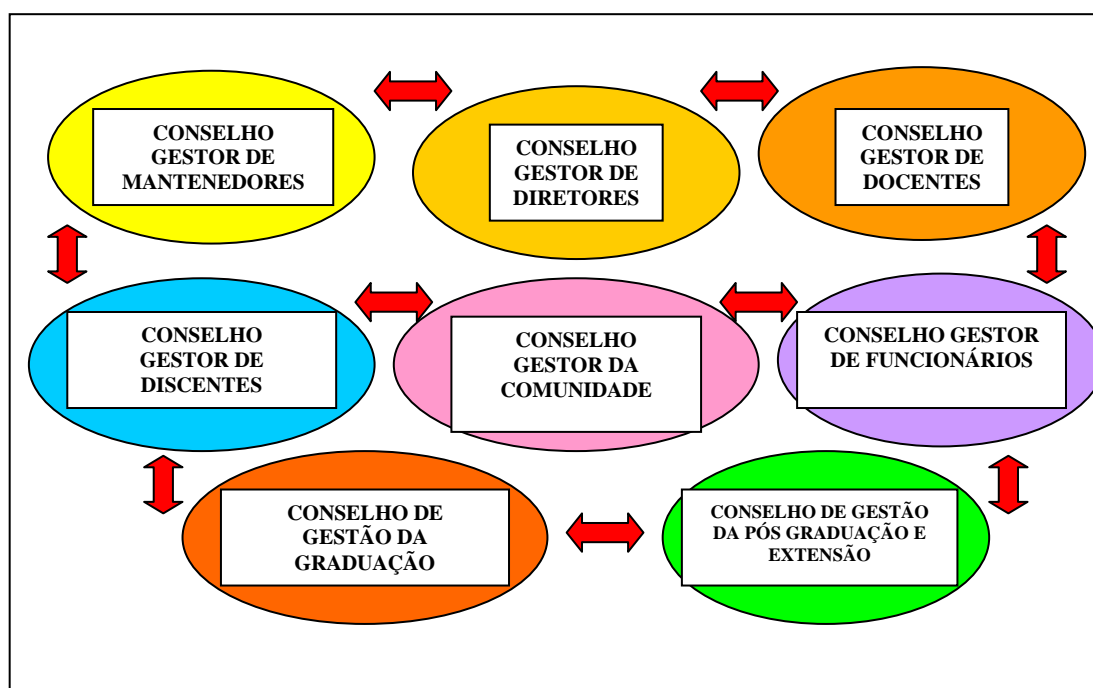


Cada equipamento deve distinguir dentro de sua estrutura e na dinâmica do seu funcionamento seus representantes legitimados pela escolha coletiva e democrática e formar dentro de cada um seu **CONSELHO DE GESTÃO**.



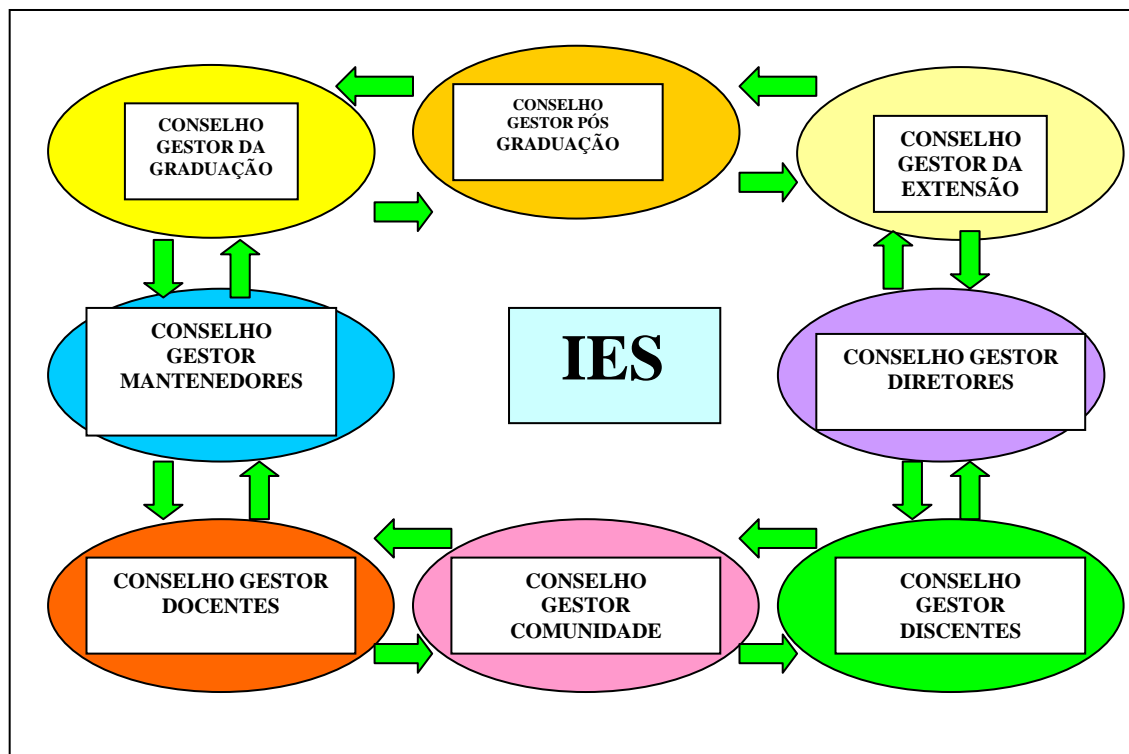


Como a Educação está representada nos IES s pelos diferentes cursos oferecidos é muito importante que cada Unidade Escolar tenha seu próprio Conselho de Gestão ficando cada assim estruturado em termos de Conselho de Gestão.





A IES integraria, portanto, no mínimo, oito Conselhos de Gestão os quais, no entanto, não poderão coexistir de forma isolada, fragmentada, formando pequenos guetos, mas, pelo contrário, integrados democraticamente entre si.



A definição de critérios para a composição dos **CONSELHOS DE GESTÃO** dos diferentes equipamentos e unidades deverá ficar sob a responsabilidades de seus integrantes.

Duas considerações são importantes para essa definição.

Cada **CONSELHO DE GESTÃO** deveria incentivar a participação de um representante dos Conselhos dos demais equipamentos para que todos se mantenham sempre integrados, interligados e sabendo das propostas, projetos e programas de cada um, para facilitar um trabalho interdisciplinar entre eles.

Também seria muito saudável incentivar, nos **CONSELHOS DE GESTÃO** dos Equipamentos, a participação de representantes de diferentes grupos sociais representativos de diversidades culturais, étnicas, de gênero, idade e outros, especialmente por ser um dos objetivos do **IES**, a integração de todos como cidadãos ativos, no exercício da vivência democrática

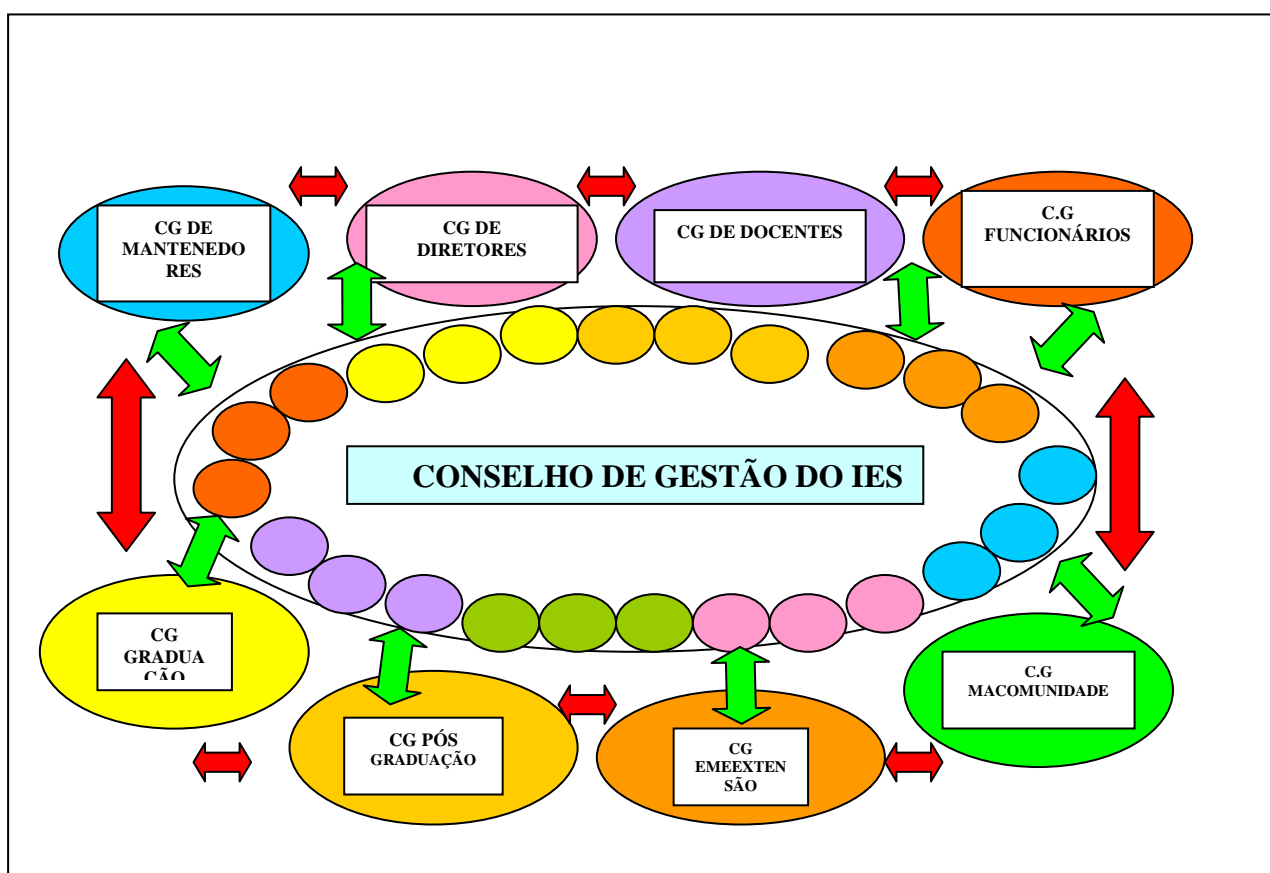
No entanto, formar apenas os Conselhos de Gestão dos diferentes equipamentos não é suficiente.

Necessário se faz criar um **CONSELHO DE GESTÃO DA IES NO SEU TODO**, para que se consiga unidade de ações, respeito e o compromisso ético e político entre os diversos equipamentos e pessoas.

No entanto, como organizá – lo?

Uma das possibilidades seria, com base no diagnóstico do entorno da IES eleger três representantes de cada Conselho Gestor de equipamento para fazer parte do CONSELHO GESTOR da IES, garantindo que dois pertençam ao seu ambiente interno e, pelo menos, um do seu ambiente externo, do seu entorno.

Assim, o CONSELHO GESTOR do ISE ficaria composto de 21 ( vinte e um) integrantes.

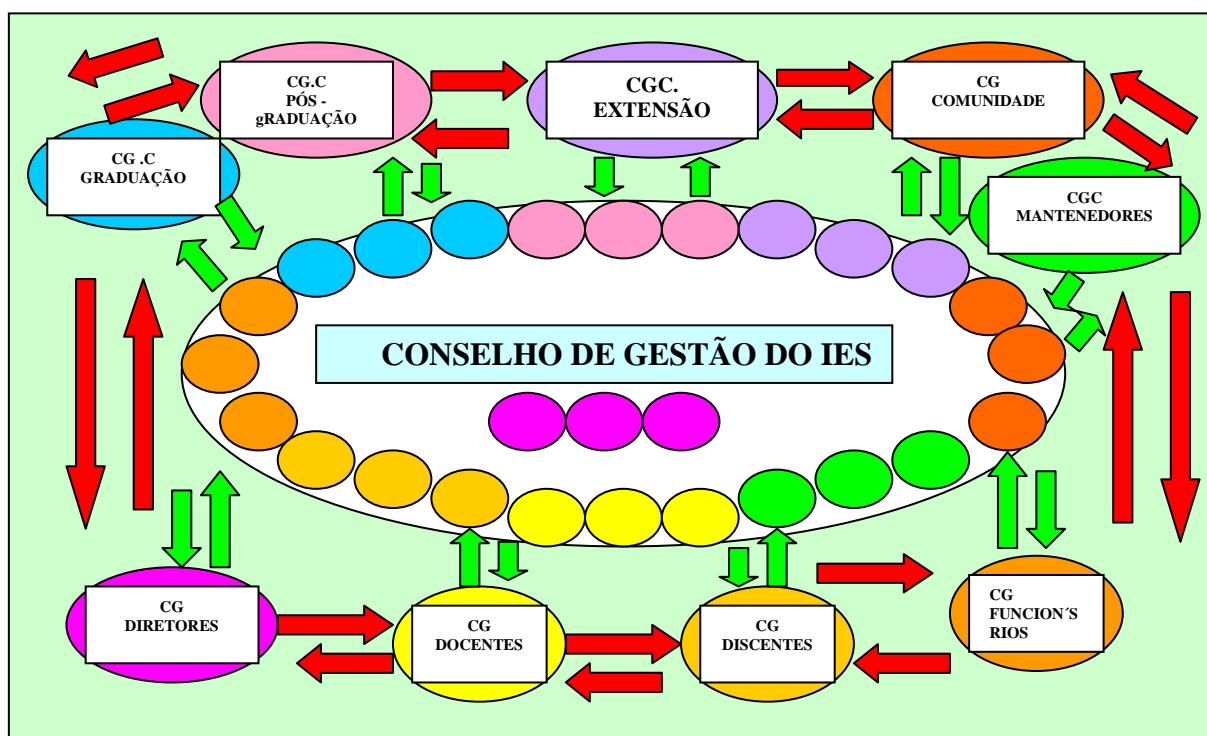



se todos os seus integrantes estiverem imbuídos de sua concepção política enquanto “equipamento público para atender a população com qualidade social e polo de desenvolvimento e educação continuada da comunidade”, de seus fundamentos teóricos enquanto “projeto político – pedagógico alegre, prazeroso que permita ressignificar o espaço escolar, onde aquele que ensina também aprende e aquele que aprende, também ensina” e dos critérios para que a sua prática seja solidária e comprometida com a educação inclusiva, de formação permanente e de humanização das relações sociais”.( PMSP, 2003).

No entanto, como o ISE não pode ser um espaço isolado das outras unidades escolares do sistema municipal de ensino em funcionamento na região de sua abrangência seria muito bom que estas escolas pudessem estar representadas nos IESs e participar de suas discussões e ações.

Assim, sugere – se que, aos CONSELHOS DE GESTÃO de cada equipamento existente na IES seja somado um CONSELHO DE GESTÃO DE UNIDADES ESCOLARES EXTERNAS ao IES, envolvendo representantes dos cursos e das comunidades do seu entorno.

Dessa forma ter – se – ia, em cada CEU, oito **CONSELHOS DE GESTÃO** dos seus equipamentos internos e um das Escolas Municipais da região envolvida, cada um deles elegendo três representantes para compor o **CONSELHO GESTOR DO IES**.



A ligação permanente com a comunidade (  ) é fundamental para que esta estrutura de gestão não linear, mas democrática e participativa, atinja os objetivos para os quais está sendo proposta.

Sugere – se também, que o mandato dos conselheiros seja de, no mínimo quatro anos, com renovação de um terço de seus membros a cada dois anos para que se possa garantir não só a continuidade de suas propostas como a renovação E “arejamento”, necessários para que as suas ações acompanhem as inovações e avanços DA sociedade em geral e da comunidade nas quais estão inseridos.

Inicialmente, em função do muito a decidir, seria muito bom que as reuniões dos **CONSELHOS DE GESTÃO** pudessem acontecer semanalmente e, posteriormente, fossem ficando mais espaçadas, conservando – se, necessariamente, uma reunião quinzenal para os **CONSELHOS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS DO CEU** e para o **CONSELHO DE GESTÃO DE UNIDADES EXTERNAS**.



## IV Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul

Florianópolis, 8, 9 e 10 de dezembro de 2004



Também seria muito importante que houvesse um cronograma comum dessas reuniões e que elas acontecessem em dias diferentes, considerando a sugestão de que, de cada Conselho de Gestão participassem representantes dos demais Conselhos de equipamentos ou de Unidades Externas.

As reuniões do Conselho de Gestão da IES poderiam, inicialmente, acontecer a cada quinze dias e, posteriormente, a cada trinta, também com calendário anual ou semestral publicado para a comunidade interna e externa.

Essas decisões dependerão, com certeza, da especificidade de cada equipamento e de cada IPR no seu todo.

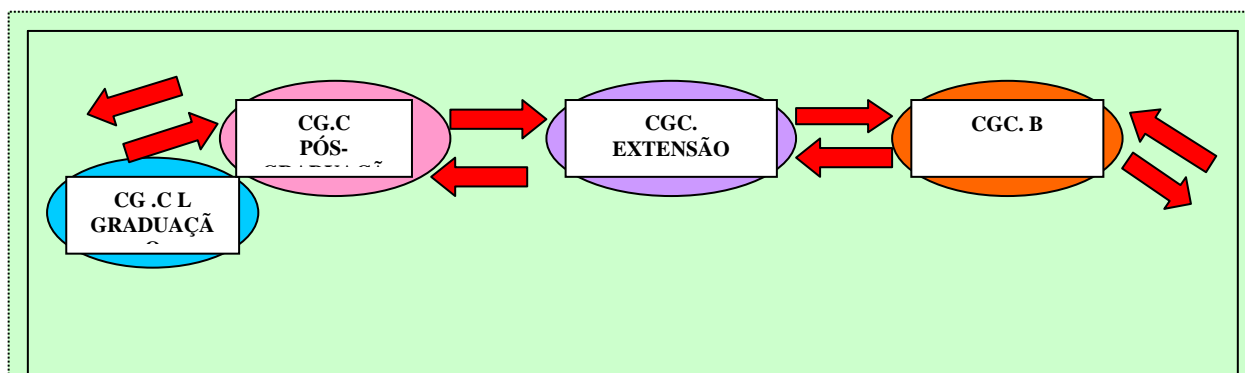
Da mesma forma é fundamental para, qualquer gestão que busca caracterizar – se como democrática, que o grupo ou comunidade a ser gerenciado democraticamente que auxilie a manter o grupo ou comunidade sempre atualizado e estimule para a dinâmica transformadora que caracteriza a sociedade atual.

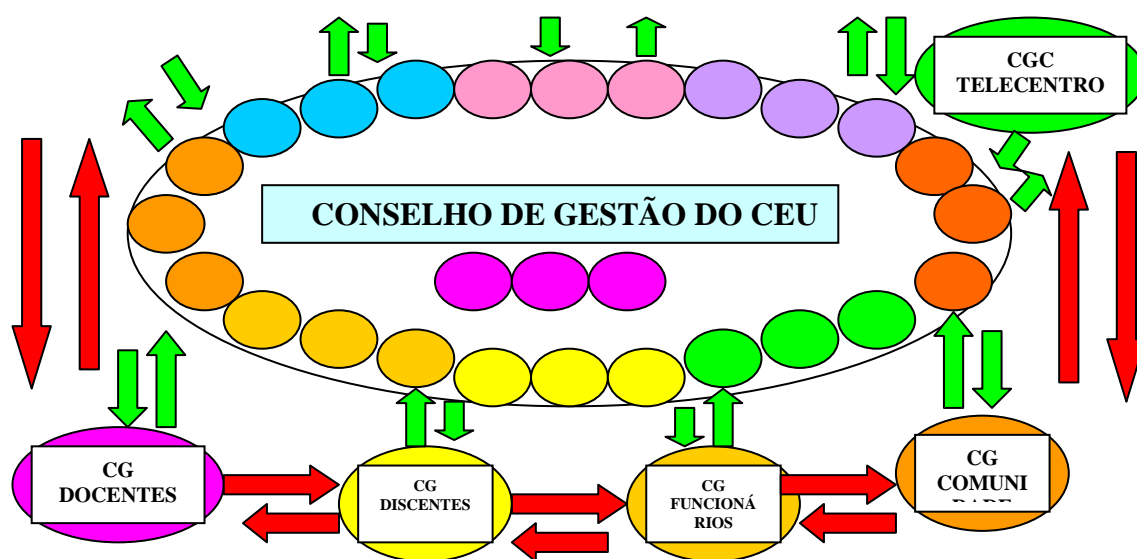
### **O PAPEL DA ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**

Para contribuir não só para a excelência do funcionamento de cada unidade, para efetividade do processo de Gestão Democrática e Participativa e para que sejam mantidas a filosofia e a política que informaram a proposta Das Instituições de Ensino Superior - IES seria muito positivo que representantes das diferentes secretarias envolvidas no seu projeto de implantação participassem dos seus Conselhos de Gestão e dos diferentes equipamentos que o integram sempre que necessário.

Da mesma forma, a Prefeitura Municipal de São Paulo deveria manter plantões de assessoria permanente em todos as Instituições de Ensino Superior - IES para, em conjunto com as demais unidades escolares mantidas pela prefeitura, buscar avanços de qualidade no seu trabalho de orientar crianças, jovens e adultos envolvidos em suas ações para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

Com a assessoria especializada (-----) a estrutura dos IESs poderia ficar assim representada:





No entanto, é preciso que fique bem claro que a assessoria deve ser parceira que ajuda a encontrar caminhos, resolver problemas, intervir em realidades, a crescer em qualidade de ação e aperfeiçoar estratégias e processos.

Qualquer tentativa de direcionar, de impor vontades ou direcionamentos, transformará representantes e grupos em dominados, pseudo agentes de democracia.

Entre Assessoria e IES devem ser construídas relações democráticas de apoio, ajuda mútua para crescimento efetivo de todos os envolvidos, companheirismo, sempre com valorização do diálogo permanente em busca da construção da autonomia que possibilita decisões e responsabilidades pelas escolhas feitas, do compromisso ético – estético e político, da emancipação do ser humano em todos os aspectos da sua personalidade global, da transformação social para uma sociedade sustentável.

Uma grande lição deve ser básica para todos: na gestão democrática das IESs:

**todos são educadores E educandos**

e todos juntos e solidários devem contribuir para que todos

**aprendam a vencer pequenos dissabores e dificuldades para serem capazes de grandes vitórias e conquistas que possam transcender o hoje, construindo o futuro.**

## REFERÊNCIAS

FREIRE, PAULO. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTT, Moacir. **Boniteza de um sonho:** ensinar a aprender com sentido. Nova Hamburgo: FEEVALE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Armed, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico:** como construir o projeto político – pedagógico da escola. São Paulo: Cortez/IPF, 2001.

\_\_\_\_\_. **Currículo Intertranscultural:** novos itinerários para a educação. São Paulo: Cortez, 2004.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola:** um desafio ao educador. São Paulo: EPU, 1986.